

DIFUSÃO, MOBILIDADE INTERNACIONAL DE POLÍTICAS E PERSPECTIVAS CONTRA-HEGEMÔNICAS: CONSENSUALISMO, RESISTÊNCIA E PLANEJAMENTO URBANO¹

Luis Régis Coli

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ

Professor Adjunto do IPPUR/UFRJ e pesquisador do Núcleo Experimental
de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e
Natureza da Universidade Federal do Rio de Janeiro – NEPLAC/ETERN/
IPPUR/UFRJ.

E-mail: regiscoli@hotmail.com

RESUMO:

A difusão e circulação de ideias, teorias, modelos e práticas constitui uma característica fundamental da história do urbanismo e do planejamento urbano. Intensificadas a partir do final do século XX, têm como alguns dos seus principais protagonistas governos de países centrais, cidades, consultores e organizações internacionais. A mobilidade e difusão de políticas urbanas envolve formuladores locais e nacionais em redes que se estendem globalmente, promovendo padrões de intervenção em arranjos distintos de negociação, coerção e imposição, tipificados e caracterizados neste artigo a partir da análise dos estudos produzidos sobre o tema. O trabalho demonstra como diferentes condições a partir das quais a difusão se efetua se relacionam a variados graus de autonomia e dominação, ressaltando a natureza complexa das interações e mudanças que compõem tais processos. Por fim, aponta para a relevância de perspectivas alternativas que buscam dotar populações marginalizadas e em situações de conflito dos meios para planejar.

Palavras-chave: mobilidade internacional de políticas urbanas; difusão de políticas; planejamento urbano; planejamento radical e insurgente; planejamento conflitual.

1 Uma versão inicial deste trabalho foi publicada nos Anais do XV Simpósio de Geografia Urbana, Salvador, 2017.

ABSTRACT:

The diffusion and circulation of ideas, theories, models and practices is a fundamental feature of the history of urbanism and urban planning. Intensified from the late twentieth century, their main protagonists include governments of western countries, cities, consultants and international organizations. The mobility and diffusion of urban policies involves local and national formulators in networks that extend globally, promoting patterns of intervention under distinct negotiation, coercion and imposition arrangements, typified and characterized in this article from the analysis of academic research on the subject. The paper demonstrates how different conditions from which diffusion occurs are related to varying degrees of autonomy and domination, highlighting the complex nature of the interactions and changes that make up such processes. Finally, it points to the relevance of alternative perspectives that seek to provide the means to plan to marginalized populations facing situations of conflict.

Key words: urban policy mobilities; policy diffusion; urban planning; radical and insurgent planning; conflictual planning.

RESUMEN:

La difusión y circulación de ideas, teorías, modelos y prácticas es una característica fundamental de la historia del urbanismo y la planificación urbana. Intensificadas desde finales del siglo XX, sus principales protagonistas incluyen gobiernos de países centrales, ciudades, consultores y organizaciones internacionales. La movilidad y difusión de las políticas urbanas involucra a formuladores locales y nacionales en redes que se extienden globalmente, promoviendo patrones de intervención en distintos arreglos de negociación, coerción e imposición, tipificados y caracterizados en este artículo a partir del análisis de los estudios producidos sobre el tema. El texto demuestra cómo las diferentes condiciones desde las cuales ocurre la difusión están relacionadas con diversos grados de autonomía y dominación, destacando la naturaleza compleja de las interacciones y los cambios que conforman dichos procesos. Finalmente, señala la relevancia de perspectivas alternativas que buscan proporcionar poblaciones marginadas y en situaciones de conflicto de los medios para planificar.

Palabras clave: movilidad internacional de las políticas urbanas; difusión de políticas; planificación urbana; planeamiento radical e insurgente; planificación conflictiva.

INTRODUÇÃO

A difusão² e circulação de ideias, teorias, modelos e práticas constitui uma característica fundamental da história do urbanismo e do planejamento urbano, no entanto, desde os anos 1990, mudanças associadas ao fim da “guerra fria”, à intensificação das relações econômicas interna-

2 Assim como em Porto de Oliveira e Faria (2017) e Porto de Oliveira e Pal (2018), o termo “difusão” é utilizado aqui de maneira geral, a partir da compreensão desses autores dos processos de “transferência, difusão e circulação” como intrinsecamente complementares.

cionais e ao avanço da globalização neoliberal, à expansão contínua da urbanização em escala mundial, assim como ao desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação aumentaram a escala destes intercâmbios de forma inédita. O crescimento de processos desta natureza foi também acompanhado pela multiplicação de estudos centrados em tais temas, sob os quais as pesquisas no âmbito da ciência política, das relações internacionais e da análise de políticas públicas se tornaram referenciais importantes. Contudo, os trabalhos e conceituações desenvolvidos nos estudos urbanos trazem aportes particularmente relevantes, na medida em que incorporam: as características históricas da difusão no campo do urbanismo e do planejamento urbano; os aspectos relativos à mobilidade das políticas urbanas e suas transformações continuadas; uma percepção aprofundada das relações entre as escalas espaciais e das interações entre as cidades em um mundo globalizado (tanto do Norte quanto do Sul Global); uma maior multiplicidade teórica e uma ampla diversificação empírica a partir de contextos periféricos; um conjunto importante de pesquisas sobre os conflitos e resistências à implementação de modelos forâneos, assim como outras contribuições.

Protagonizadas por governos de países centrais, consultores e organizações internacionais, as transferências de políticas envolvem formuladores locais e nacionais em redes que se estendem globalmente, marcadas pela complexidade nos quais padrões de intervenção são importados e exportados, em arranjos distintos de negociação, coerção e imposição. A disseminação convencional de teorias e de “boas práticas” se apoia nas diferenças de poder quanto ao acesso às redes e aos agentes que delimitam, conduzem e legitimam a difusão de certas políticas urbanas, assim como deslegitimam outras. Esses diferentes intercâmbios podem levar a relações conflituosas relativas às próprias formas de intervenção no espaço urbano, levantando questionamentos quanto aos discursos que apontam para a inevitabilidade na adoção de determinadas práticas territoriais que constituiriam os modelos consensuais de urbanização nos quadros do capitalismo contemporâneo.

Orientado pela análise de parte significativa da produção bibliográfica sobre os temas acima referidos, o artigo se organiza da seguinte maneira: inicialmente, ressalta alguns elementos que caracterizaram, particularmente ao longo do século XX, os intercâmbios e a disseminação internacional de políticas e modelos de urbanismo e planejamento urbano, qualificando e tipificando diferentes modalidades sob as quais os processos de difusão podem ser compreendidos. Na seção seguinte, aborda a difusão e circulação de modelos sob o contexto das transformações políticas, sociais e econômicas das últimas décadas, com destaque para os autores que tratam os temas sob a perspectiva da “mobilidade de políticas” urbanas e das dinâmicas de “tradução”. Por fim, discorre sobre algumas alternativas de planejamento não hegemônicas que visam à apropriação, democratização e ressignificação territorial, em certos casos buscando dotar populações marginalizadas e em situações de conflito dos meios para planejar, encerrando-se, na sequência pelas considerações finais.

Aportes históricos e analíticos sobre os intercâmbios e processos de difusão no urbanismo e planejamento urbano

A partir da conquista colonial – e da conseqüente introdução das Américas na narrativa histórica “universal” europeia – as cidades e territórios do hemisfério passaram a ser concebidos, e seus projetos desenhados, de acordo com modelos importados:

As potências coloniais construíram as cidades, ou melhor dizendo, “as suas cidades” sobre os territórios conquistados, fossem novas cidades, fossem cidades construídas sobre as que anteriormente sujeitaram (México). Com a decadência ibérica e abandono das diretrizes urbanas reunidas nas ordenações de Manuel I, rei de Portugal, e no código do rei Filipe II de Espanha, serão os arquitetos e paisagistas franceses que assumirão. No Brasil do século XIX, missões francesas vieram para embelezar o Rio de Janeiro - o que levou à construção de castelos, jardins, bem como grandes mansões para os ricos cafeicultores escravistas (Vainer, 2014, p. 1).

Desde Haussman e do higienismo, as intervenções urbanas já não eram mais percebidas apenas como uma “arte”, uma “habilidade” e um “estilo”, mas como um modelo, o da cidade moderna que arrasa bairros antigos para estabelecer suas largas e extensas avenidas, a cidade limpa e impecável, disciplinada e disciplinar (Vainer, 2014). As cidades jardim e as *company-towns* inglesas foram, por sua vez, “embarcadas” na Europa e “desembarcadas” na América, tendo como principal objetivo auxiliar as primeiras cidades industriais da periferia capitalista a lidar com os problemas de uma classe operária nascente. A “cidade ocidental”, europeia e norte-americana, teria então se tornado, progressivamente, um “modelo universal”, com o Ocidente (Norte) exportando continuamente modos de urbanização e planejamento do território. Um movimento que se intensificou a partir do pós-guerra, observando-se, entre 1950 e 1970, uma sucessão de “modelos” e “modas”. As décadas posteriores à guerra foram marcadas pelo domínio do keynesianismo e do “Estado planejador”, que se refletiram, no âmbito do planejamento, na difusão dos chamados “planos diretores” (master plans). Com a ascensão penetrante do neoliberalismo a partir dos anos 1980 e 1990, as abordagens de âmbito global presentes nos planos diretores foram abandonadas em detrimento dos “planos estratégicos”, *market-friendly* e *market-oriented*, na qual a difusão e circulação de “boas práticas” tem lugar de destaque (Vainer, 2000, 2014).

Durante o século XX, a “importação” de modelos de planejamento urbano entre países industrializados realizava-se, de maneira geral, numa base voluntária e sob o controle das instituições do país importador. Já a importação de modelos concebidos pelo Norte por parte dos países do Sul não ocorreu da mesma forma, especialmente em nações colonizadas ou sob a dependência de investimentos e da *expertise* de estrangeiros para a realização de projetos de planejamento. Uma das características mais importantes do urbanismo “colonial” ou “neocolonial” não é exatamente o caráter “importado” dos modelos dominantes, mas sim seus mecanismos de transferência: em primeiro lugar, o caráter “imposto” – imposição mais ou

menos negociada - ao invés de “voluntário” destas transferências de um lado e, por outro lado, os bloqueios inerentes a esses mecanismos de transferência em direção a uma eventual apropriação técnica e social desses modelos e, também, à deslegitimação de soluções alternativas (Ward, 2000, 2010; Fisette, 2010).

Aspectos associados à mobilidade, difusão e circulação internacional de políticas e modelos representam uma característica histórica e fundamental do planejamento urbano (Freestone, 2000; Nasr & Volait, 2003; Hall, 2009). Ainda que se percebam novas formas, fluxos e movimentos de ideias e técnicas em tempos atuais, as interações realizadas no âmbito das políticas e práticas urbanas não constituem um fenômeno novo. O conhecido estudo de Hall (2009), por exemplo, percorre uma história de mais de um século em que distintos modelos de urbanismo e planejamento urbano – tais como a Cidade-Jardim, a monumentalidade do movimento *City Beautiful*, o modernismo de Le Corbusier – influenciaram intervenções em metrópoles de países centrais e periféricos. Na América Latina, nos anos 1930 e nas décadas subsequentes, modelos urbanos europeus e estadunidenses foram adotados em cidades como Buenos Aires, Bogotá, Caracas, Cidade do México, São Paulo e Rio de Janeiro sob os signos do “progresso” e da “modernização”, o que não os impediu de reproduzir desigualdades e privilégios (Maricato, 2000; Feldman, 2000; Mogollón, 2004; Almandoz, 2009; Reyes, 2010).

Stephen Ward (2000), por sua vez, aponta que o declínio do colonialismo formal, desde 1945, foi acompanhado por um enfraquecimento da influência direta do planejamento britânico e francês, particularmente em suas antigas colônias. No entanto, um neocolonialismo construído em torno da ajuda externa e de instituições internacionais - tais como as Nações Unidas ou o Banco Mundial - teria, em grande medida (mas não totalmente), perpetuado um fluxo unidirecional de ideias e práticas de planejamento dos “países desenvolvidos” “para os países em desenvolvimento”. Segundo ele, qualquer que seja o tratamento exato dado à questão da difusão, podem-se identificar três grandes preocupações presentes recorrentemente nos estudos sobre o tema:

1. Os mecanismos de difusão. Por exemplo, personalidades-chave, o *milieux* reformista ou profissional, as ações intergovernamentais.
2. A extensão em que as ideias e práticas são alteradas na sua difusão. Como são aplicadas em determinadas configurações nacionais e por que as diferenças são aparentes?
3. A causa fundamental de difusão; por exemplo: o quanto ela se espelha em contextos mais amplos das relações internacionais, sejam estes econômicos, políticos ou culturais? (Ward, 2000, p. 42)

Sem adotar respostas universais para estas questões, Ward propõe então uma “tipologia da difusão” internacional de modelos de planejamento, alocados em dois grupos distintos defi-

nidos a partir das categorias “empréstimo” (*borrowing*) e “imposição”, compostos estes por três tipos cada um³, como vistos no quadro a seguir⁴:

TIPOLOGIAS DE DIFUSÃO

EMPRÉSTIMO	IMPOSIÇÃO
<p>1) Empréstimo sintético: o tipo mais comum de difusão ocorrida dentro de uma mesma tradição de inovações no planejamento. Os padrões são bastante abertos, os países adotam modelos uns dos outros, existindo um certo equilíbrio entre a exportação / importação. Exemplo: Os Estados Unidos tomaram emprestado, dentre outros modelos, o zoneamento alemão e a cidade-jardim britânica. A Europa, por sua vez, adotou dos EUA a noção de plano diretor (<i>city-wide master plan</i>) e a abordagem de grande escala para projetos de paisagem urbana;</p>	<p>1) Imposição negociada: Os atores envolvidos no país exportador ou agência internacional tomam as decisões chave, limitando oportunidades para a participação local no processo. Movimentos reformistas locais tenderiam, nesse caso, a serem fracos ou inexistentes. Ward aponta que relações envolvendo a difusão de modelos de planejamento perpetuaram certos aspectos do colonialismo, lembrando que, a partir dos anos 1940, muitos consultores franceses e britânicos encontraram trabalho nas antigas colônias, geralmente financiados por seus próprios governos ou por agências das Nações Unidas. Além disso, tem havido, nas últimas décadas, uma tendência crescente de organismos internacionais, como o Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (Habitat) e o Banco Mundial, a desempenhar papéis importantes nesses processos, difundindo “soluções para o desenvolvimento” e um planejamento generalizado em termos ocidentais, tendo como premissa políticas de liberalização econômica. O desaparecimento, ao final dos anos 1980, de uma alternativa comunista, e os efeitos mais amplos das transformações econômicas globais teriam reforçado esta variante de imposição;</p>
<p>2) Empréstimo seletivo: onde a síntese inovadora de ideias e práticas existentes e importadas é deficiente, a difusão muitas vezes toma a forma de um processo bastante simples de empréstimo. Uma característica deste empréstimo não inovador seria um compromisso relativamente superficial do país importador com as bases teóricas e conceituais do modelo emprestado, o que limitaria as possibilidades de desconstruir as ideias e reorganizá-las com outras ideias para fazer algo diferente. Em vez disso, planejadores do país de destino tenderiam a emular aspectos específicos da prática estrangeira de planejamento de uma forma simples e direta. Ward menciona o exemplo da adoção dos projetos de reabilitação de zonas portuárias. Pioneiro em cidades como Baltimore e Boston nos anos 1970, o modelo se difunde na década de 1990 em toda a Europa e além, com variada, mas geralmente muito próxima, correspondência com os modelos originais;</p>	<p>2) Imposição contestada: mais comum em contextos de dominação colonial, tal modalidade seria marcada por iniciativas locais de resistência. A situação mais comum, nesse contexto, observada nos impérios coloniais, foi a obstrução nativa de projetos de planejamento impostos externamente. Medidas que fossem particularmente refratárias aos interesses e sensibilidades locais poderiam provocar tumultos ou outras formas de protesto. Além disso, as populações nativas também podiam simplesmente tensionar ou sobrepor seus próprios significados ou usos habituais sobre as formas de planejamento externos. Projetos de intervenção urbana implementados pela França no Marrocos e na Indochina no período da Primeira Guerra Mundial, e a contestação local aos mesmos, seriam exemplos destes processos de planejamento imposto do exterior, constituindo uma parte integrante de um processo muito mais amplo de desafio à dependência imperial.</p>

3 No original: Synthetic borrowing, selective borrowing, undiluted borrowing, negotiated imposition, contested imposition, authoritarian imposition.

4 O quadro foi elaborado para este trabalho, a partir da obra de Ward (2000), com o objetivo de sintetizar os principais elementos de sua tipologia.

EMPRÉSTIMO	IMPOSIÇÃO
<p>3) Empréstimo “não – diluído”: esta modalidade de empréstimo se apresenta onde as ideias e práticas externas são recebidas sem seletividade consciente, onde o empréstimo, em outras palavras, não é “diluído”. Nesses casos, a tendência tem sido para receber não apenas ideias individuais ou inovações, mas “pacotes” substanciais de práticas de planejamento. Desta forma, tais empréstimos seriam bastante acríticos e, frequentemente, com a consciência muito limitada de toda a gama de alternativas de modelos de planejamento externos disponíveis. Um exemplo característico deste tipo de empréstimo seria o Canadá, que adotou de forma acrítica o planejamento britânico nas duas primeiras décadas do século XX, inclusive no âmbito da legislação. A partir da década de 1920, as influências estadunidenses, muitas vezes copiadas de uma forma igualmente direta, tornaram-se dominantes, coincidindo exatamente com a substituição da Grã-Bretanha pelos EUA como o principal investidor estrangeiro no Canadá.</p>	<p>3) Imposição autoritária: O tipo mais extremo de imposição se daria em situações de extrema repressão. Característico deste tipo de difusão seriam as propostas de planejamento impostas a partir de métodos de aplicação que concedem poucas ou nenhuma concessão aos interesses nativos. Talvez o exemplo mais extremo deste fenômeno tenha sido o reordenamento nazista - de curta duração - das províncias da Polônia incorporadas ao Reich alemão no início dos anos 1940. Buscando impor uma nova ordem regional, os planejadores da SS aprovaram uma versão da “cidade social” de Ebenezer Howard, que totalmente despojada de seus significados reformistas originais, tornou-se a base para um novo modelo étnico germânico, a ser implementado a partir da apreensão dos bens da população local, do despovoamento forçado, do trabalho escravo e do extermínio.</p>

FONTA: Elaborado pelo autor a partir de Ward (2000, p. 45 - 55).

O contexto, marcado pela relação de poder entre o “exportador” e o “importador” de planejamento, assume o papel central na formação da experiência de transmissão que se dá entre as formas impositivas de difusão. A relação seria *absoluta* na imposição autoritária, mas crescentemente modificada por outros fatores na imposição contestada ou negociada. O impacto do contexto tenderia a aumentar na medida em que a relação de poder entre o país originário e o receptor torna-se mais desigual. Quando a relação de poder é menos desigual ou favorável ao país receptor, entretanto, é esperado que os círculos reformistas locais desempenhem um papel mais significativo e autônomo, frequentemente adaptando o que foi importado. Não obstante, quanto maior seu caráter impositivo e autoritário, menor a possibilidade de adaptação, havendo, inclusive, uma maior probabilidade de que apareçam versões mais “puras” do modelo exportado do que em seus próprios países de origem (Ward, 2000).

O fim efetivo dos derradeiros vestígios de colonialismo formal, nos últimos anos do século XX, parece ter reduzido a extensão da difusão impositiva, já que se pode, ao menos, perceber uma mudança para formas mais negociadas do que as que foram típicas em grande parte daquele período. Ward (2000) lembra, no entanto, que o colonialismo continua a lançar uma longa sombra de dependência sobre as partes mais empobrecidas do mundo. Para muitos países, sobrecarregados com enormes encargos da dívida externa e carentes de um número suficiente de profissionais nativos, a difusão tende necessariamente a continuar a ser um processo externamente determinado, sendo precipitado afirmar que as formas mais autoritárias de imposição tenham desaparecido.

A MOBILIDADE INTERNACIONAL DAS POLÍTICAS URBANAS E DE PLANEJAMENTO NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

16

Como assinala Healey (2010), assim como planejadores franceses eram convidados a “embelezar” cidades como Beirute e Buenos Aires no início do século XX, nos dias de hoje, planejadores de lugares como Vancouver e Milão são convidados a oferecer sua *expertise* a projetos energéticos de desenvolvimento urbano em Dubai. As diferenças em relação ao passado, entretanto, estariam relacionadas, neste início do século XXI, à escala de urbanização ao redor do mundo, ao impacto das relações econômicas globais e à mudança geopolítica de um mundo polarizado pela “guerra fria” em direção a uma dinâmica mais difusa, na qual sociedades dos chamados “países em desenvolvimento” desafiariam em alguma medida a hegemonia do “Ocidente” (Healey, 2010).

A autora acredita que as ideias e práticas no âmbito do planejamento não seriam mais apenas difundidas do “Ocidente” para o resto do mundo, ou do mundo “desenvolvido” para o mundo “em desenvolvimento”, ou ainda do “Norte” para o “Sul”, pois se perceberia, na atualidade, todo tipo de movimentos cruzados. Este novo cenário teria encorajado a expansão de redes regionais, globais e transnacionais de planejadores que trabalham em diversas e distintas situações, sendo também promovido por uma crescente produção acadêmica no domínio do planejamento que aborda experiências em várias partes do mundo, assim como pelas atividades das chamadas agências de auxílio internacional (*international aid agencies*). De toda maneira nem todos os envolvidos em atividades de planejamento são necessariamente conscientes da magnitude da circulação de ideias que caracterizara este campo, embora dificilmente possam evitar sua influência indireta, uma vez que tais influências permeariam as “comunidades” e “culturas” de planejamento as quais pertencem (Healey, 2010). Todavia, é importante salientar que tal visão não deve ser percebida a partir da ideia de que haveria um espaço neutro, igualitário, em que as transferências ocorreriam em todas as direções e sentidos, consistente com uma concepção de que a “globalização contemporânea” geraria um espaço global contínuo e homogeneizado, sem centralidades.

McCann e Ward (2011) ressaltam que a formulação de políticas no mundo contemporâneo envolve, em todas as escalas, uma constante *varredura* de seu cenário, através de relatórios e publicações profissionais, da mídia, de *web sites*, *blogs*, contatos profissionais e de “boca a boca”, em busca de políticas e “melhores práticas” prontas, “vulgarizadas” e recém-saídas das “prateleiras”. Em suas viagens, os atores do mundo das políticas protagonizam transferências através de reuniões, seminários, conferências, missões de “averiguação”, trabalhos de consultoria, etc. Estas viagens e transferências envolvem formuladores locais e nacionais de políticas em redes que se estendem globalmente, estabelecendo a “conversa” de certas cidades uma com as outras e,

assim, criando um “mapa mental” de “melhores cidades” (*best cities*) em matéria de políticas, que visam a informar futuras estratégias em um contexto no qual predomina a “transferência rápida de políticas” (*fast policy transfer*):

Austin para criatividade e qualidade de vida, Barcelona e Manchester para planejamento urbano e regeneração, Curitiba para planejamento ambiental, Portland para gestão do crescimento, Porto Alegre para orçamento participativo e democracia direta. Assim, no âmbito das políticas, e também de outras maneiras, as cidades são constituídas através de suas relações com outros lugares e escalas. (McCann & Ward, 2011, p. xiv)

Assim, tem-se um quadro no qual o movimento e o caráter relacional são elementos definidores na formulação contemporânea de políticas. Tais políticas, entretanto, são também intensa e fundamentalmente locais e territoriais, e tal como os exemplos acima mencionados, a habilidade para fazer referência a abordagens complexas sobre problemas intrincados de governança urbana através de nomes de cidades indicaria como certas políticas estão ligadas a lugares específicos. Além disso, as políticas são fundamentalmente territoriais na medida em que estão vinculadas a todo um conjunto de interesses localmente dependentes, o que leva McCann e Ward (2011) a sugerir o entendimento acerca da formulação de políticas a partir de uma perspectiva tanto relacional e territorial, quanto simultaneamente fixa e em movimento, “incorporada” aos lugares.

Esta frequente associação de políticas móveis a determinadas localidades reflete a “tensão” entre fixidez e mobilidade que marcam tais processos. A conexão simbólica a um local evoca ideias de autenticidade, desejabilidade e sinaliza uma história de origem palatável ideologicamente, pois modelos originados em certas localidades carregam credibilidade pragmática e evocam associações positivas de “melhores práticas”. Modelos que atingem a mobilidade tendem a ser sancionados ideologicamente: “é improvável que os blogs de políticas fiquem agitados, a qualquer momento, com conversas sobre o modelo de Havana, o Cabulismo ou mesmo sobre as lições de Detroit” (Peck & Theodore, 2010, p.171).

Roy (2011), por seu turno, assinala que, em um “mundo globalizado”, o planejamento constitui um comércio⁵ transnacional de modelos e ressalta, assim como outros estudiosos, que cidades em determinadas partes do mundo comumente fazem referência a cidades em outros lugares e que o mundo das políticas de hoje é marcado pela travessia de fronteiras. Este tráfego é inevitavelmente seletivo, na medida em que algumas cidades se tornam “modelos em circulação”, um termo que utiliza para descrever as viagens transnacionais do planejamento urbano, da arquitetura e do *design* urbano. Ao destacar alguns aspectos destes “modelos em circulação”, a autora observa que os mesmos são um atalho para aspirações “utópicas” e desejos, sejam eles os que fazem referência a um urbanismo específico ou aqueles que são versões condensadas de

5 Trade, no original, também traduzido por troca ou negócio.

experiências nacionais. Planejadores indianos, por exemplo, olham para o “modelo chinês” com o objetivo de percorrer o que é cada vez mais visto como o “século asiático”, um futuro dominado pelas potências econômicas da China e da Índia. Em outros casos, é um urbanismo específico que é referenciado, seja o “modelo de Vancouver”, “o modelo de Bogotá”, “o modelo de Barcelona”, ou até mesmo o modelo de “Orange County”. Estes seriam “utopias”, alguns envolvendo um “urbanismo inclusivo” e outros um “suburbanismo de secessão”. Tais significações viajam através das fronteiras urbanas e nacionais e, quando traduzidas em planos e projetos, são destinadas a transformar distopias locais em novas formas de “ordem e beleza” (Roy, 2011).

18

Estes “modelos em circulação” também são um “modo de governar o urbano”, uma vez que tais formas de governança buscam se realizar através da criação de “cidadãos civilizados e de primeira qualidade”, exemplificada pela adoção de um modelo de “urbanismo verde” na cidade de Dalian, na China, inspirado na “limpa e verde” Cingapura, assim como pela propagação e persistência do conceito de “Cidade Jardim” de Ebenezer Howard. Logo, o esforço para criar “cidades-modelo” também seria um esforço para criar “cidadãos-modelo”, pois, às dimensões técnicas do “urbanismo verde” estariam ligados, de maneira muito próxima, certos aspectos éticos. No caso de Dalian, estes seriam as “questões de construção de comunidades cooperativas e harmoniosas”, povoadas por cidadãos autorresponsáveis comprometidos com os ideais do “consumo verde” e do “pensamento ambiental” (Roy, 2011). Ademais, os “modelos em circulação” também seriam “ficções de regulação”, já que:

Como utopias, eles representam o que Michael Gunder (2005, p. 192), seguindo Lacan, identificou como uma “fantasia fundamental para a harmonia”. Esta é, naturalmente, uma fantasia que só pode ser reivindicada pelos poderosos; a harmonia, por sua vez, é reivindicada para a prática da hegemonia. Rastrear modelos em circulação faz com que seja possível compreender com mais atenção às fantasias, utopias, e significações através das quais o planejamento é estruturado. (Roy, 2011, p. 410-411)

Ao abordar a “transferência rápida de políticas”, citada brevemente acima, Roy (2011) lembra que tal ideia aponta para a existência de ciclos drasticamente abreviados de produção do conhecimento e de fluxos intensamente acelerados de sua circulação, e se opõe a esta prática da velocidade na produção de conhecimento através de uma perspectiva de “aprendizado lento”, “etnográfico”, que envolveria uma imersão profunda na produção de significados. Além disso, é importante ressaltar as formas a partir das quais intermediários tendem a transformar as ideias e práticas acerca das políticas a partir de um processo de “tradução” (Stone, 2011) para distintos contextos, por exemplo, nacionais ou subnacionais. Os processos de tradução envolvem relações de poder que articulam e confrontam agentes em diferentes escalas, sejam eles organizações internacionais, agências multilaterais, governos, políticos, burocratas, instituições, consultores nacionais e internacionais, empreiteiras ou profissionais locais, trazendo à luz interesses econômicos, disputas e arranjos políticos ao longo da incorporação e adaptação local de modelos forâneos.

Conforme Lendvai e Stubbs (2012), a ênfase em processos de formação, transformação e contestação reconhece que a transferência de políticas não é um procedimento automático, isento de problemas e dado como certo: “Ao contrário, sugere a necessidade de prestar atenção às formas nas quais as políticas e seus esquemas, conteúdo, tecnologias e instrumentos mudam constantemente, de acordo com os locais, significados e agências” (Lendvai & Stubbs, 2012, p. 19). Explorar os circuitos dos poderes globais /globalizantes significa, portanto, buscar também desnaturalizar os processos de globalização, considerando suas formas sócio-intitucionais diversas e contraditórias. Os modelos de políticas (*policy models*) são constructos relacionais, que refazem conexões entre lugares e evoluem em forma e em efeito na medida em que se movem. A mobilidade, desse modo, adquire uma natureza social inescapável de processos contínuos de tradução, intermediação e contextualização /descontextualização /recontextualização (Peck & Theodore, 2012).

Nasr e Volait (2003), por seu turno, discutem a transferência de ideias no escopo do urbanismo e do planejamento urbano propondo uma mudança de perspectiva, “trazendo a periferia para o centro das atenções” (Nasr & Volait, 2003, p.xi), e entendendo que a transmissão de ideias implica frequentemente interações dinâmicas que não existem de uma maneira unidimensional. Desta forma, a difusão urbanística e arquitetural “mostra-se como um fenômeno cujos canais, os mecanismos e efeitos são muito mais variados do que foi costumeiramente documentado, sendo parte de uma dialética infinitamente complexa entre centro e periferia” (Nasr & Volait, 2003, p. xiii).

Um espectro amplo de atores participa, ou tenta participar, dos processos de intervenção urbana. A maneira a partir da qual esses diversos atores, com seus múltiplos interesses e visões coletivas e individuais, precisam negociar o espaço urbano, tende a revelar relações de poder que podem ser bastante heterogêneas. Desta forma, conflitos de interesses e visões acabam por manifestar-se em determinados projetos, na modificação de determinados planos e no bloqueio de certas propostas (Nasr & Volait, 2003). King (2003), sob este aspecto, aponta para uma questão central, ao se perguntar como, em uma variedade de condições políticas, uma população local responde para modificar, controlar ou domesticar as estratégias de desenvolvimento urbano de uma autoridade externa, seja ela um Estado colonial, um poderoso interesse comercial ou simplesmente uma empresa de consultores em planejamento. Mais do que isso, é importante enfatizar que também são múltiplos os usos e sentidos – políticos, técnicos e econômicos – que os intercâmbios entre locais e estrangeiros assumem para as distintas partes que os protagonizam (Jajamovich, 2013).

AS ABORDAGENS CRÍTICAS DO “PLANEJAMENTO RADICAL”, “INSURGENTE” E “CONFLITUAL”

Diante de uma profusão de políticas e modelos que visam estabelecer maneiras de se pensar e planejar o urbano, mas que não ousam ultrapassar os limites formais de seus pressupostos dominantes, contrapõem-se perspectivas que, ao contrário de outras formas tecnocráticas, burocráticas e “estratégicas” de planejamento, tendem a enfatizar seu comprometimento com a *transformação social*. A partir de um questionamento dos paradigmas do planejamento anglo-saxão, Friedmann (1987 como citado em Beard, 2003) entende a teoria do planejamento a partir de quatro grandes tradições: reforma social, análise de políticas, aprendizagem social e mobilização social. Cada uma dessas tradições faria a ligação do conhecimento para a ação (*knowledge to action*), se estabelecendo ao longo de um *continuum* de construções sobrepostas que podem ser divididas em duas grandes formas de planejamento: planejamento como orientação social (*planning as societal guidance*) e planejamento como transformação social (*planning as social transformation*). As diferenças fundamentais entre estas duas formas de planejamento são descritas da seguinte maneira:

Os termos operacionais nessas definições são: orientação social e transformação social. Enquanto o primeiro se articula através do Estado, e se preocupa principalmente com a mudança sistemática, este último centra-se nas práticas políticas de transformação do sistema. Os planejadores envolvidos nessas duas práticas estão necessariamente em conflito. É o conflito entre os interesses de um Estado burocrático e o interesse da comunidade política. . . . A pressão para a transformação geral do sistema é intensificada quando, no decurso de uma crise ampla no sistema, a autoridade legítima dos Estados declina, e o próprio Estado está tão enfraquecido que já não pode reprimir com sucesso as práticas radicais da comunidade política. (Friedmann, 1987, p. 38-9 como citado em Beard, 2003, p. 15)

O planejamento como transformação social pode ser entendido como o conjunto de esforços que ocorrem numa variedade de escalas para transformar as estruturas sociais, políticas e econômicas que criam e mantêm o *status quo* (Beard, 2003). Como parte desta perspectiva, incluem-se as abordagens que compõem o quadro do “planejamento radical”, na qual os planejadores têm como objetivo auxiliar comunidades (em procedimentos amplamente participativos) a encontrar soluções práticas e a compreender limitações institucionais, proporcionando os aportes necessários para o desenvolvimento de estratégias bem-sucedidas. O conhecimento adequado não é, no entanto, compreendido como monopólio do planejador radical, mas sim, obtido através de uma sobreposição e entrelaçamento em que teoria, estratégia, visão e ação informam-se mutuamente no aprendizado social (Friedmann, 1987 como citado em Beard, 2003). Já Beard (2003) destaca que uma distinção importante entre o planejamento radical e outras formas de planejamento de “baixo

para cima" (*bottom-up planning*), tal como o planejamento baseado na comunidade (*community-based planning*), seria seu elemento *oposicional*. As "estratégias de conflito", sob tal olhar, podem tomar uma variedade de formas: não violentas ou violentas, reformistas ou revolucionárias, de luta política ou extrapolítica.

Miraftab (2009), por sua vez, busca desenvolver a noção denominada de "planejamento insurgente", compreendida como um conjunto de práticas de planejamento radical que buscam responder à especificidade neoliberal de dominação através da perspectiva de "inclusão". Dessa forma, o planejamento insurgente procuraria destacar a unidade hegemônica do capitalismo neoliberal para estabilizar as relações "Estado-cidadão" através do envolvimento da sociedade civil na governança, salientando a importância do planejamento radical nos contestados "terrenos" da inclusão e da dominação. Lutas emergentes pela cidadania no "Sul global", temperadas pelas complexidades das relações "Estado-cidadão" no interior de regimes coloniais e pós-coloniais, ofereceriam portanto uma visão "historicizada" indispensável para as práticas de planejamento contra-hegemônicas. Na medida em que "sociedades pós-bem-estar" (*post-welfare societies*) reduzem a esfera de responsabilidade pública, intensificando a desigualdade e alienando as populações marginalizadas na "metrópole", os *insights* a serem adquiridos a partir do ponto de vista do "Sul" têm cada vez mais relevância para o planejamento radical na "era do neoliberalismo global". Desta maneira, as práticas de planejamento insurgente são caracterizadas como contra-hegemônicas, transgressoras e imaginativas:

Elas são contra-hegemônicas na medida em que desestabilizam a ordem normalizada das coisas, elas transgridem tempo e lugar, localizando a memória histórica e a consciência transnacional no coração de suas práticas. Elas são imaginativas na dimensão em que promovem o conceito de que um mundo diferente é, como Walter Rodney disse, possível e necessário (Miraftab, 2009, p. 33).

Em seu projeto fortemente ideológico, o neoliberalismo se baseia na legitimação e na percepção de inclusão dos cidadãos para alcançar sua hegemonia. Tendências globais de descentralização do Estado atestam que uma estrutura de governança inclusiva tende a ser fundamental para a governança neoliberal e, sempre que possível, o poder hegemônico é perseguido através do consentimento e das percepções de inclusão dos cidadãos. Ainda que a violência seja sempre uma opção, a tecnologia neoliberal de comando não se baseia fundamentalmente na força. Assim, é importante que não se compreenda o neoliberalismo apenas como um conjunto de políticas econômicas que extrai capital excedente, mas como uma rede de políticas, ideologias, valores e racionalidades que trabalha em conjunto para alcançar o poder hegemônico do capital (Miraftab, 2009). As políticas de privatização da água que se espalharam ao redor do mundo, por exemplo, não se sustentam apenas sobre o argumento da eficiência econômica, mas também em uma série de discursos fundados em valores para justificar a mercantilização de uma necessidade básica - a água:

Uma nova definição de responsabilidade cívica propõe cidadãos que paguem (*fee-paying citizens*), como o virtuoso contraste com os “parasitas” (*free-riders*). A liberdade de escolha, significando a escolha por parte dos cidadãos entre prestadores de serviços básicos que visem o lucro, é outro discurso fundado em valores usado para legitimar a disseminação global da privatização da água (Miraftab, 2009, p. 34).

Miraftab (2009) lembra que as pessoas podem ganhar mais acesso às instituições do Estado através de governos locais e da possibilidade de participação, bem como à inclusão social e política nas instituições do Estado, mas isso não significa necessariamente a sua inclusão substantiva. Na medida em que os direitos políticos das pessoas se expandem, o seu acesso a recursos que garantam seus meios de vida pode simultaneamente se erodir. Tal contradição pode ser percebida nos exemplos de “libertação política” da Europa Oriental pós-socialista e da África do Sul pós-apartheid, onde as desigualdades socioeconômicas se intensificaram enquanto os direitos civis e políticos dos cidadãos se “expandiam”. Embora, nas democracias ditas de “baixa densidade”, a governança neoliberal legitime seu domínio através da criação de espaços de participação sancionados, este processo também criaria uma disjunção a partir da qual os movimentos insurgentes podem tirar vantagem: “Inclusão simbólica não implica necessariamente redistribuição material. Movimentos contra-hegemônicos podem utilizar tais condições contraditórias para desestabilizar a ordem hegemônica neoliberal” (Miraftab, 2009, p. 34). Ou seja, o planejamento insurgente busca uma inclusão autodeterminada, centrada na ação direta e atenta aos meios de inclusão, que não se funda na política representativa (Miraftab, 2016).

No caso do Brasil, iniciativas como as do Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual⁶ buscam dotar populações marginalizadas e em situação de conflito dos meios para planejar, constituindo-se em um contraponto à hegemonia de *experts* e consultores internacionais - e de seus modelos - contratados por agências estatais e empresariais:

[...] este recurso – a contratação de *experts* - normalmente está completamente fora do alcance daqueles sujeitos políticos destituídos de capital dinheiro ou capital político. Deste fato decorre uma profunda desigualdade na distribuição das oportunidades de planejar. Não se trata de qualquer inaptidão dos cidadãos para planejarem eles mesmos, na primeira pessoa, sua cidade, seus bairros, suas ruas, tanto através da ação individual, quanto, sobretudo, através da ação coletiva e organizada. Trata-se, isso sim, de que estes atores populares não têm acesso aos meios que os habilitariam a construir tecnicamente, isto é, a traduzir tecnicamente seus anseios e reivindicações em planos e projetos. Desta forma, o que aparece como incapacidade não é senão indicador de uma destituição social dos meios que permitem acionar determinados instrumentos metodológicos e os recursos indispensáveis a determinados padrões de formalização e validação (Vainer, 2009, p. 11).

6 O Núcleo é parte integrante do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ).

Nesse sentido, Tanaka, Oliveira, Santos e Coli (2019) demonstraram como os chamados Planos Populares foram produzidos no Rio de Janeiro em anos recentes, a partir dos casos da Vila Autódromo e da região das Vargens⁷, visando contestar grandes projetos urbanos e dando suporte a reivindicações por participação e poder nas decisões que incidem diretamente sobre populações ameaçadas em seus lugares de moradia, mas que são tomadas à sua revelia. Os Planos Populares serviram como instrumentos de mobilização e unificação de entidades e movimentos com pautas diversas, afirmando a possibilidade concreta de um processo de planejamento que respeite populações e modos de vida locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo parte fundamental da história do urbanismo e do planejamento urbano, a disseminação, circulação e implementação de modelos caracteriza-se por envolver uma grande variedade de objetivos, interesses e relações de poder entre os diferentes agentes que delas participam. O cenário que se revela nos processos de transferência, difusão e adaptação de políticas urbanas é marcado pela complexidade de interações que articulam agentes coletivos e individuais, públicos e privados, atuando sob determinados contextos históricos, políticos, econômicos, sociais, culturais e institucionais. O quadro apresentado neste trabalho, síntese da tipologia de Ward (2000), é um exemplo de como a difusão pode ocorrer sobre uma variedade de condições mais ou menos voluntárias ou impositivas. Historicamente, quanto maior o poder e o protagonismo internacional de um Estado, seu nível de consolidação profissional no campo do planejamento e o volume de suas conexões externas, o grau de autonomia e a capacidade local de alterar, selecionar e recombinar modelos “emprestados” tendeu a crescer. Essa capacidade se enfraquece nas formas impositivas de difusão, onde o grau de dependência externa oferece, de forma geral, margens reduzidas de negociação e, nos casos mais extremos, como em situações coloniais e de conquista militar, não deixam alternativas que não sejam a resistência ou submissão. Talvez com a exceção de territórios

7 Localizada na área destinada à construção do Parque Olímpico para os Jogos Olímpicos de 2016, a Vila Autódromo apresentou um plano alternativo que se tornou central em sua luta pela permanência. A resistência dos moradores da Vila Autódromo contra a remoção mobilizou movimentos e organizações tradicionais de luta pela moradia, organizações da sociedade e universidades que atuam na defesa do direito à cidade, assim como novas organizações políticas e de defesa de direitos humanos e novos militantes. Já a Articulação Plano Popular das Vargens (APP) foi constituída por moradores e lideranças da grande região das Vargens, que abrange 50 km² de área dos bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena, Recreio dos Bandeirantes, Camorim e Barra da Tijuca, zona oeste do Rio de Janeiro. A APP reagia às ameaças geradas pela nova legislação urbanística apresentada pela prefeitura para a região: a Operação Urbana Consorciada (OUC) e o Plano de Estruturação Urbana (PEU) das Vargens (Projeto de Lei Complementar n. 140/2015). As ameaças do Projeto de Lei 140/2015 abrangem novas normas que desconsideram a produção de pequenos agricultores da região e incluem a implantação de uma série de novas vias financiadas pela Operação Urbana que, caso implantadas, implicam a destruição de áreas de preservação ambiental, o aterro de extensos brejos e campos alagados fundamentais para a drenagem de toda a Baixada de Jacarepaguá, onde se insere a região das Vargens, e a remoção de dezenas de milhares de famílias residentes em 40 favelas que ocupam total ou parcialmente áreas destinadas à implantação dessas vias ou afetadas por outras disposições do projeto de lei. Para mais informações sobre o processo de elaboração dos dois planos, ver Tanaka, Oliveira, Santos e Coli (2019).

subjugados pela guerra, em todos os outros casos os modelos de políticas se transformam em suas trajetórias de transferência, difusão, circulação, intermediação e implementação.

No cenário atual, é notável como a difusão, instituída por processos socialmente construídos, se constitui enquanto um campo de conexões adaptativas, altamente estruturada por relações duradouras de poder e por alinhamentos ideológicos mutáveis (Peck & Theodore, 2010). As circunstâncias dominantes que cercam a mobilidade de políticas urbanas – marcadas pela disseminação de uma enorme variedade de “modelos” e “boas práticas” – revela uma velocidade na produção e circulação do “conhecimento” sobre as cidades que são condizentes com os ciclos cada vez mais acelerados de acumulação e valorização do capital, evidenciados nas últimas décadas. As formas alternativas de planejamento, ao confrontarem ideias, políticas e projetos que desconsideram as subjetividades, condições de vida e práticas sócioespaciais historicamente territorializadas das classes populares, parecem, em alguma medida, ter o potencial para se constituir em um contraponto à hegemonia de *experts* e consultores internacionais, usualmente contratados por agências estatais e empresariais. Além disso, no âmbito da produção do conhecimento, algumas destas experiências podem contribuir para o fortalecimento de “novas geografias da teoria” (Roy, 2016), com a ampliação dos estudos no campo do planejamento urbano que afirmem a capacidade de produção teórica na e da periferia, geralmente submetida a teorias advindas dos países centrais que, com frequência, carecem de aplicabilidade e poder explicativo em contextos distintos de sua origem. A questão não é recusar a validade e relevância de parte significativa da produção teórica europeia e norte-americana sobre planejamento urbano - valorizada, inclusive, neste trabalho -, mas sim de reconhecer seu caráter situado, produzido sempre sob circunstâncias específicas, fundadas em uma multiplicidade de experiências e “culturas de planejamento”⁸ que estão também presentes nas cidades e países do Sul.

REFERÊNCIAS

ALMANDOZ, Arturo (2009). *Mudanças políticas e institucionais para o planejamento latino-americano do segundo pós-guerra*. In: GOMES, MAAF., (org.). *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960*. Salvador: EDUFBA, p. 231-259.

BEARD, Victoria A (2003). *Learning Radical Planning: The Power of Collective Action*. *Planning Theory*, p. 13-35.

FELDMAN, Sarah. (2000). *Os anos 30 e a difusão do urbanismo americano no Brasil*. Anais do VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Natal: UFRN.

FISSETTE, Jacques (2010). *La production et la diffusion de modèles par les*

8 Tal como compreendidas por Friedmann (2011).

Organisations Internationales: réflexions sur la gouvernance et l'appropriation

locale des politiques de développement. Texto apresentado no Seminário

Internacional Métropoles, Inégalités et Planification Démocratique. 26 a 29 de agosto, 2010.

FREESTONE, Robert (Ed.) (2000). *Urban planning in a changing world: the twentieth century experience*, E&FN Spon, London.

FRIEDMANN, John. (2011). *The many cultures of planning*. In: *Insurgencies: Essays in planning theory*. Routledge.

JAJAMOVICH, Guillermo (2013). *Miradas sobre intercambios internacionales y circulación internacional de ideas y modelos urbanos*. *Andamios*, v. 10, n. 22, p. 91-111.

HALL, Peter Geoffrey (2009). *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. 3. reimpr. São Paulo : Perspectiva.

HEALEY, Patsy (2010). *The Transnational Flow of Knowledge and Expertise in the Planning Field*. In: Patsy Healey & Robert Upton (ed.). *Crossing Borders: International exchange and planning practices*. The RTPI Library Series, Routledge, p. 1-25.

KING, Anthony (2003). *Writing Transnational Planning Histories*. In: Joe Nasr & Mercedes Volait (ed). *Urbanism, imported or exported? Native aspirations and foreign plans*, Wiley-Academy, New York, p.1-14.

LENDVAI, Noémi; STUBBS, Paul (2012). *Políticas como tradução: situando as políticas sociais transnacionais*. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 11-31, jan./jun.

MARICATO, Ermínia (2000). *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias*. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, p. 121-192,

McCANN, Eugene & WARD, Kevin (2011). *Introduction. Urban Assemblages: Territories, Relations, Practices, and Power*. In: McCANN, Eugene e WARD, Kevin (ed.). *Mobile Urbanism: Cities and Policymaking in the Global Age*. University of Minnesota Press, p. xiii-xxxv.

MIRAFTAB, Faranak (2009). *Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South*. *Planning Theory*, p. 8-32.

MIRAFTAB, Faranak. (2016). *Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 18(3), 363-377.

MOGOLLÓN, Ligia Esther. (2004). *Influence of foreign theories and urban models in the formulation of masters plans of Latin American cities, during the 1930-1960 period*. In The 11th International Planning History Conference: Planning Models and the Culture of Cities. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, Escola Tècnica Superior de Arquitectura del Vallès (ETSAV),.

NASR, Joe & VOLAIT, Mercedes (2003). *Transporting Planning*. In: Joe NASR & Mercedes VOLAIT (ed). *Urbanism, imported or exported? Native aspirations and foreign plans*, Wiley-Academy, New York, p. xi-xxxviii.

OLIVEIRA, Osmany Porto de; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (2017). *Policy transfer, diffusion, and circulation: research traditions and the state of the discipline in Brazil*. *Novos estudos CEBRAP*, v. 36, n. 1, p. 13-32.

OLIVEIRA, Osmany Porto de; PAL, Leslie A (2018). *Novas fronteiras e direções na pesquisa sobre transferência, difusão e circulação de políticas públicas: agentes, espaços, resistência e traduções*. *Revista de Administração Pública*, v. 52, n. 2, p. 199-220.

PECK, Jamie; THEODORE, Nik (2010). *Mobilizing policy: Models, methods, and mutations*. *Geoforum*, v. 41, n. 2, p. 169-174.

PECK, Jamie; THEODORE, Nik (2012). *Follow the policy: a distended case approach*. *Environment and Planning A*, v. 44, n. 1, p. 21-30.

REYES, Fernando N. Winfields (2010), *On the diffusion of modernist urban models: an overview of Mexico City's planning and urban design projects (1921-1952)*, *The European Journal of planning*, jan. 2010.

ROY, Ananya (2011). *Commentary : Placing Planning in the World--Transnationalism as Practice and Critique*. *Journal of Planning Education and Research* 31(4), p. 406 – 415.

ROY, Ananya (2016). *Who's afraid of postcolonial theory?* *International Journal of Urban and Regional Research*, 40(1), 200-209.

STONE, Diane (2011). *Transfer and Translation of Policy*. GR:EEN Working Paper, No.7, 2011.

TANAKA, Giselle; OLIVEIRA, Fabrício Leal de; SANTOS, Fernanda dos; COLI, Luis Régis. *Da Vila Autódromo às Vargens: Planos Populares na luta contra-hegemônica na cidade*. In: RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; BRANDÃO, Marcela; SÁ, Ana Isabel Anastasia. (Org.). *II Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico.. 1ed.* Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2019, v. , p. 834-862.

VAINER, Carlos (2000). *Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, p. 75-103.

VAINER, Carlos (2009). *Projeto de pesquisa: Laboratório Experimental de Planejamento Conflitual*. Rio de Janeiro: texto disponibilizado pelo autor.

VAINER, Carlos (2014). *La Ville Unique « Faites des Villes Comme Nous », Notes sur la Colonialité des Modèles de Ville*. Mimeo.

WARD, Stephen V (2000). *Re-examining the International Diffusion of Planning*. In:

FREESTONE, Robert (Ed.). *Urban planning in a changing world: the twentieth century experience*. E&FN Spon, London, p.40-59.

WARD, Stephen V (2010). *Transnational Planners in a Postcolonial World*. In: Patsy Healey & Robert Upton (ed.). *Crossing Borders: International exchange and planning practices*. The RTPPI Library Series, Routledge, p. 47-72.

Recebido em: 01/08/2018
Aceito em: 11/09/2019